

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO VII SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UFPA CAMPUS CASTANHAL

Inclusão, desenvolvimento socioambiental e produção de conhecimento na Amazônia

05 A 07
NOVEMBRO
2024



UFPA
CASTANHAL



Apoio:

PROEX
Pró-Reitoria de Extensão | UFPA

PROEG
Pró-Reitoria de Ensino
e Graduação | UFPA

PROPEP
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação | UFPA

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INCLUSIVA

PHYSICAL EDUCATION SCHOOL INCLUSIVE

EDUCACIÓN FÍSICA ESCUELA INCLUSIVO

Alisson Roberto Lima de Araújo¹
Darinêz de Lima Conceição¹
Lílian Silva de Sales²

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar. Inclusão. Pessoa com Deficiência.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência originou-se a partir das vivências de estágio supervisionado, realizado em uma escola localizada no município de Castanhal-Pa. O estágio supervisionado é uma atividade curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará-UFPA. Neste contexto, temos acordo com Alves e Sousa (2021) ao defenderem a importância do estágio como um momento de integração entre teoria e prática, permitindo aos discentes uma experiência real no campo de atuação e contribuindo significativamente para sua formação acadêmica e profissional.

Nesta dinâmica, o presente relato de experiência, desenvolveu como objetivo central: evidenciar desafios identificados no contexto da inclusão de Pessoas Com Deficiência na Educação Física escolar.

A metodologia utilizada para a elaboração e desenvolvimento deste artigo é de natureza qualitativa, do tipo descritiva. A pesquisa qualitativa, de acordo com Merriam

¹ Estudante do Curso/Programa de xxxxx da Universidade Federal do Pará, autor@siepex.com

² Professor/a ou Colaborador/a da Faculdade/Programa de xxxx – UFPA, orientador@siepex.com

(1998), concerne em entender fenômenos complexos e contextuais a partir de dados descritivos, focando na análise e interpretação das relações humanas e da prática social. Em vez de depender de dados quantitativos, ela explora as nuances e significados atribuídos pelos participantes às suas experiências e interações. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda do sentido dos fatos e acontecimentos dentro de um contexto específico, refletindo uma perspectiva crítica e interpretativa sobre o fenômeno estudado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ministério da Saúde considera Pessoas Com Deficiência todas as pessoas as quais possuem quaisquer impedimentos de longo prazo, seja de cunho mental, físico, sensorial e/ou intelectual, que pode causar empecilhos em sua interação em sociedade ou que possa comprometer a sua igualdade de condições.

A Declaração de Salamanca (1994), enfatiza que Pessoas Com Deficiência tem direito em acessar escolas consideradas regulares; estas instituições, por sua vez, deveram acomodá-las dentro de uma pedagogia inclusiva, centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

No que diz respeito às atribuições nos contextos educacionais, Machado (2017) afirma que é tarefa do professor de Educação Física promover em suas práticas pedagógicas, a inclusão dos alunos e a melhoria da qualidade de vida. Com base no exposto, destaca-se que a inclusão de PCD's em escolas comuns está assegurada e compreendida como complementar, e não mais substitutiva (Trevisan e Zillioto, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa científica empregada neste relato de experiência, é de natureza qualitativa, de cunho descritivo. As pesquisas descritivas são caracterizadas por descrever as particularidades de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o emprego de relações entre as variáveis (Gil, 2002). Para coleta de dados, foi utilizada a observação participante, desenvolvida através das experimentações vivenciadas durante o Estágio Supervisionado, do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará. As observações foram realizadas em uma escola localizada no meio urbano do município de Castanhal-Pa, no período entre Abril a Junho de 2024.

A Observação participante se realizou por meio da vivência em 10 (dez) turmas do ensino fundamental (entre o 1º e 5º ano), com crianças de idade que variavam entre 5 a 12 anos de idade. Vale enfatizar que, nesta dinâmica, acompanhamos dois professores, os quais nos informaram já atuarem como professores: um com 5 (cinco) de atuação; e, o outro 14 (quatorze) anos de experiência docente.

As observações nos auxiliaram a identificar que as deficiências mais notáveis e de maior evidência eram neuroatípicas, incluindo o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), além de crianças com deficiência visual e deficiências múltiplas. O artigo 27 da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assegura à estas, o direito de acesso aos sistemas educacionais de ensino em todos os níveis de aprendizado, visando proporcionar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações nos auxiliaram a evidenciar diversas limitações que comprometem, diretamente, a promoção da inclusão nas aulas de Educação Física escolar, as quais destacamos: carência de infraestrutura; carência de recursos didático-pedagógicos adequados; ausência de metodologias pedagógicas mais inclusivas, uma vez que as aulas práticas aconteciam sem o uso de materiais e atividades adaptadas para atender as necessidades individuais dos estudantes que necessitam desse maior cuidado para o desenvolvimento de suas atividades, como por exemplo, a prática do futsal e da queimada da forma tradicional, sem o uso de adaptações que buscassem a participação de todos os estudantes.

Neste contexto, temos alinhamento com o enunciado pelo artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

II- Aprimoramento dos sistemas educacionais visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015).

Assim, o ensino e educação mais inclusiva, necessita de políticas públicas específicas para seu atendimento. Ainda, observamos, também, a importância da formação continuada para os/as professores/as. Sendo assim, vamos ao encontro da tese de Moreto (2020), ao defender que a formação continuada necessita relacionar-se as ações que o profissional participa, a fim de se manter atualizado, se aperfeiçoar e ampliar seus conhecimentos para além da sua formação inicial. A formação continuada é um espaço importante e permanente para o desenvolvimento de estratégias necessárias para a promoção de uma aprendizagem significativa para o desenvolvimento profissional e pessoal desses profissionais.

Outro elemento observado, destacou-se pela presença de uma inclusão excludente – a in/exclusão – durante as aulas práticas realizadas em quadra. O termo citado, refere-se a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar ou em determinado espaço, porém há ausência de um trabalho adequado ou o exercício de políticas públicas que ampare e que venha suprir todas as necessidades dessas pessoas (Garbini, 2012). Assim, entendemos a real importância para os profissionais de ensino manter-se atualizados acerca das necessidades individuais e coletivas das pessoas com deficiência, visando a inclusão dos mesmos em todas as suas práticas pedagógicas e atividades a partir de aulas estrategicamente pensadas para melhor atender esses indivíduos.

CONCLUSÕES (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Levando em consideração todos os percalços na inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física, é indiscutível a necessidade de estratégias pedagógicas e atividades lúdicas adaptadas para pessoas com necessidades especiais, considerando a diversidade e pluralidade de todos os estudantes.

É necessário ainda, o exercício de políticas públicas e uma rede de apoio através da coordenação pedagógica e professores especializados, a fim de atender as necessidades de alunos com deficiência na Educação Física escolar. Além disso, é evidente a relevância da formação continuada de professores, assim como a implementação de espaços acessíveis e o uso de recursos didáticos adequados, proporcionando um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Compreendemos, portanto, ser indispensável investir em mais estudos baseados na problemática dissertada, uma vez que estudos como este são de grande

importância para o esclarecimento de temas relevantes e atuais como o tema aqui presente, possibilitando que estudantes e professores da área tenham a compreensão dos desafios que serão enfrentados em sua prática profissional.

REFERÊNCIAS

- ___ BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.
- ___ BRASIL, Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- ___ BRASIL. Ministério da saúde.
- ___ GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projeto de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ___ GARBINI, F, Z. A in/exclusão e a formação docente: uma discussão a partir dos estudos foucaultianos. Revista Espaço Acadêmico, 2012
- ___ MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 1998.